

JORNAL DS/BH

**Impresso
Especial**

991222378-ECT/DR-MG

UNAFISCO
CORREIOS

Informativo da Delegacia Sindical de Belo Horizonte do Sindifisco Nacional
Ano 02 Edição 07 – Junho de 2011
Rua da Bahia, 1.033, 11º andar, Centro, BH/MG – CEP: 30160-011



Página 3

CDS regulamenta participação financeira da DS/BH e do Sindifisco Nacional em eventos

Página 3

Presidente da DS/BH é eleita 2ª secretária da mesa diretora do CDS

Página 4

Audidores-Fiscais decidem que DS/BH não deve custear treinamentos para obtenção do porte de arma de fogo

Página 6

Audidores-Fiscais aprovam a pauta reivindicatória da Campanha Salarial Conjunta 2011

Encarte Especial

Diretor do Diap analisa o papel do sindicato na atual conjuntura política

Encontro de Audidores-Fiscais Ativos

Dias 26, 27 e 28 de agosto
Grande Hotel Termas Araxá - MG
Inscrições até dia 25 de julho

DS / BH
Delegacia Sindical
de Belo Horizonte
SINDIFISCO NACIONAL



Porte de arma para Auditores-Fiscais

O porte de arma para Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil está disciplinado pela Portaria RFB 452/2010. De acordo com esta portaria, o Auditor-Fiscal que desejar a nova cédula de identificação funcional com autorização para o porte de arma deverá apresentar comprovante de aptidão psicológica e de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo.

Logo após a edição da Portaria 452/2010, a Diretoria Executiva da DS/BH solicitou ao superintendente da 6ª Região Fiscal, Hermano Lemos de Avellar Machado, que a administração promovesse os treinamentos necessários para a obtenção do porte de arma, proporcionando aos Auditores-Fiscais plenas condições para que exerçam com segurança suas funções de carreira típica de Estado.

A DS/BH também apresentou à Diretoria Executi-

va do Sindifisco Nacional e ao Conselho de Delegados Sindicais suas reivindicações nesse sentido. Porém, até o momento, os treinamentos não aconteceram. A administração alega falta de previsão orçamentária, de recursos financeiros e de previsão no Procad.

Demandada por alguns filiados descontentes com a negativa da administração, a Diretoria Executiva da DS/BH, em reunião, decidiu que não caberia ao sindicato patrocinar o curso do tiro aos filiados, por entender que essa é uma atribuição da administração da Receita Federal do Brasil, já que se trata de uma prerrogativa legal do cargo, estabelecida desde a Lei 4.502/64 e confirmada pela Lei 10.826/03 (estatuto do desarmamento).

Motivados pelo calendário apresentado pela administração para emissão da carteira funcional e já conhecendo a decisão da DS/BH de não patro-

cinar o treinamento, alguns auditores, por meio de um abaixo-assinado, apresentaram novamente a questão à Diretoria Executiva da DS/BH que a encaminhou à Assembleia Geral.

A Assembleia Geral soberanamente ratificou o entendimento da Diretoria Executiva da DS/BH de que cabe à administração da RFB promover os treinamentos para capacitação ao porte de arma. Em seguida, já de posse dos resultados dessa assembleia, nova reunião foi feita com o superintendente da 6ª RF, que, mais uma vez, afirmou a ausência de previsão orçamentária em 2011 para qualquer treinamento de tiro, em nenhuma das Regiões Fiscais. No entanto, se conhecesse a real demanda poderia verificar as possibilidades de implementação do treinamento.

A Diretoria Executiva da DS/BH realizou, então, uma consulta aos Auditores-

Fiscais para aferir a quantidade daqueles que desejam ser capacitados ao porte de arma. Agora, a Diretoria busca contatos com órgãos que possam ministrar o treinamento, possibilitando assim à RFB celebrar convênios e, institucionalmente, garantir a prerrogativa aos Auditores-Fiscais.

Cabe destacar que a Diretoria Executiva da DS/BH, mesmo tendo a competência estatutária de decidir definitivamente sobre a questão, em nenhum momento se furtou a ouvir seus filiados e a proporcionar o debate com clareza, mostrando seu posicionamento.

A DS/BH envidará todos os esforços para que a RFB não só promova os treinamentos, mas também para que se inicie a discussão de uma doutrina institucional para o porte e o uso de armamento letal e não letal, incluindo a capacitação permanente de todos quantos desejarem.

Diretores do Sindifisco Nacional visitam Sete Lagoas

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas também integrou o Programa DEN nos Estados e recebeu a visita dos diretores do Sindifisco Nacional, Wagner Teixeira Vaz (adjunto de Assuntos Jurídicos) e José Devanir de Oliveira (Políticas Sociais e Assuntos Especiais). Na oportunidade os Auditores-Fiscais dis-

cutiram a Lei Orgânica do Fisco (LOF), a valorização da função do Auditor-Fiscal e outros assuntos de interesse da classe. Cerca de 30 Auditores-Fiscais da DRF-Sete Lagoas participaram das discussões. A DS/BH foi representada por sua presidente, Adelaide de Macêdo Matos, e pelo diretor Carlos Alberto Trematore.



DEN nos Estados na DRF-Sete Lagoas



INFORMATIVO DA DELEGACIA SINDICAL DE BELO HORIZONTE DO SINDIFISCO NACIONAL

Presidente: Adelaide de Macêdo Matos; **Vice-presidente:** João da Silva dos Santos; **Secretário-geral:** Luiz Henrique Behrens Franca; **Diretor Finanças:**

Walter de Almeida Ramos; **Diretor Administração:** Geraldo Mendes Linhares; **Diretor Assuntos Jurídicos:** Ana Maria dos Reis; **Diretor Defesa Profissional:** Maria Angélica Bernardes; **Diretor Comunicação Social:** Lucia Helena Nahas; **Diretor Aposentadoria e Pensões:** Marilena Fonseca Fermantino; **Diretor Assuntos Parlamentares:** Fortunato José de Carvalho; **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Sérgio Aurélio Velozo Diniz; **Suplentes:** Solange Guimarães G. Araújo, Carlos Alberto Trematore e

Olga Carvalho Hott. **Conselho Fiscal:** Efetivos: Rosa Maria Bicalho, Délson Roberto Braga de Sousa e Jesu Oliveira Magalhães. Suplentes: Edson Ribeiro e José Márcio Mesquita Carvalhaes

End: ● Rua da Bahia, 1.033, 11º andar, Centro, Belo Horizonte/MG CEP: 30160-011

Telefones: (31) 3226-7721 3213-9696

Site: www.dsbbh.org.br **E-mail:** dsbh@dsbh.org.br

Jornalista responsável: Robéria Fernandes - JP13.016-MG **Fotos:** DS/BH. **Revisão:** Paulo Vicente de Azevedo.

Programação visual: Sygno Design Gráfico.

Editora Impresso Ltda Tiragem: 1500.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição da diretoria da DS/BH.

Representantes de Delegacias Sindicais discutem divisão de patrimônio do ex-Sindifisp/MG

A Diretoria Executiva da Delegacia Sindical de Belo Horizonte (DS/BH) esteve reunida com representantes das Delegacias Sindicais de Minas Gerais no dia 26 de abril, para tratar da alienação do imóvel do ex-Sindifisp/MG (localizado na rua Goitacazes, 43, salas 301 a 306, Centro, Belo Horizonte), da divisão do patrimônio entre as Delegacias Sindicais de Minas Gerais e das ações judiciais do ex-Sindifisp/MG e da ex-Fenafisp.

A diretora Jurídica da DS/BH, Ana Maria dos Reis, solicitou apoio dos representantes no acompanhamento das ações de

seus filiados.

Ana Maria dos Reis informou, ainda, que todos os processos do ex-Sindifisp-MG e da Fenafisp estão sendo digitalizados e acompanhados atentamente pelo Jurídico da DS/BH.

Participaram desta reunião a presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos; o diretor de Finanças, Walter de Almeida Ramos; o diretor de Administração, Geraldo Mendes Linhares; a diretora de Assuntos Jurídicos, Ana Maria dos Reis e os representantes de Delegacias Sindicais: Walter Gandhi Delogo (DS/Governador Valadares), Ro-



Representantes das Delegacias Sindicais do estado reunidos na DS/BH

berto Luiz Neri (DS/Poços de Caldas), Cloves Francisco Braga (DS/Uberlândia), Maria Regina de Souza (DS/Varginha), Dalila Mara de Oliveira Ferreira (DS/Juiz de Fora), Suzana C. Couto

Reis (DS/Divinópolis) e Luiz Roberto Aguiar (DS/Uberaba).

As decisões sobre a divisão do patrimônio do ex-Sindifisp/MG serão encaminhadas à Assembleia.

CDS regulamenta participação financeira da DS/BH e do Sindifisco Nacional em eventos

O artigo 134 do estatuto do Sindifisco Nacional, que se refere à participação financeira do Sindifisco Nacional e das Delegacias Sindicais em eventos promovidos pelos filiados na Receita Federal do Brasil foi regulamentado na reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) ocorrida em Belo Horizonte, em março deste ano.

De acordo com o regulamento, a participação financeira das Delegacias Sindicais nestes eventos

fica limitada ao valor anual de R\$10,00 por filiado da entidade. Esse valor somente poderá ser alterado em Assembleia Geral.

No caso do Sindifisco Nacional, sua participação fica limitada ao valor de R\$ 20.000,00 por evento e de R\$ 60.000,00 por ano, ressalvada decisão fundamentada da Diretoria Executiva Nacional do Sindifisco encaminhada ao CDS. As possíveis alterações nestes valores somente poderão ser feitas pelo CDS.

Com base nas informações do cadastro de filiados (ativos, aposentados e pensionistas) da DS/BH e da Divisão de Gestão de Pessoas da RFB na 6ª Região Fiscal (Digep), a distribuição dos Auditores-Fiscais de Belo Horizonte, Contagem e Sete Lagoas, em unidades administrativas, para fins de implementação do artigo 134 ficou a seguinte:

Na DRF-BH estão lotados 651 Auditores-Fiscais. Nas unidades administrativas Espei, Escor e GRA-

SAMF-MG, nove, oito e um Auditores-Fiscais lotados, respectivamente. Estão lotados na IRF-BH 153 Auditores-Fiscais, na DRJ-BH, 105 e na Demac-BH, 29. Na DRF-Contagem 83 e na DRF-Sete Lagoas, 80 Auditores-Fiscais lotados.

Confira a íntegra do regulamento na área restrita do site da DS/BH, no menu financeiro. Outras informações através dos telefones 31-3213-9696 ou 31-3226-7721, com Ângela Latorre.

Presidente da DS/BH é eleita 2ª secretária da mesa diretora do CDS

A presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, foi eleita no dia 27 de maio a segunda secretária da Mesa Diretora Conselho de Delegados Sindicais (CDS), em função de vacância, de acordo com o disposto no § 2º do art. 37 do Estatuto do Sindifisco Nacional.

Adelaide Matos assume a função de segunda secretária do CDS em substituição ao Auditor-Fiscal Reginaldo Botelho (DS/Montes Claros), que assumiu o cargo de delegado adjunto da DRF-Montes Claros.

DS/BH participa da solenidade de posse do novo delegado da DRF-Contagem

No dia 7 de junho, tomou posse o novo delegado da DRF-Contagem, Orlando Soares dos Santos.

Estiveram presentes na solenidade a presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, e o secretário geral, Luiz Henrique Behrens Franca.

Na oportunidade, a presidente desejou ao delegado empossado sucesso no exercício de suas novas funções e colocou-se à disposição para prática do diálogo entre DRF-Contagem e sindicato.

A solenidade contou com a presença de cerca de 100 pessoas, dentre elas autoridades locais, regionais e convidados.

Auditores-Fiscais decidem que DS/BH não deve custear treinamentos para obtenção do porte de arma de fogo

Após amplos debates e discussões, os Auditores-Fiscais da DS/BH reunidos em Assembleia Geral, no dia 18 de abril, rejeitaram (60 votos a 35) o pagamento por parte da DS/BH, das despesas com capacitação técnica para manuseio de arma de fogo e com o exa-

me de aptidão psicológica, necessários à obtenção do porte de arma para todos os filiados. A classe também votou contra o pagamento, pela DS/BH, de aluguel da quadra de futebol para os Auditores-Fiscais lotados na DRF-Contagem.

Como a RFB não realizou os treinamentos, alguns filiados descontentes solicitaram que a DS/BH custeasse essas despesas.

A Diretoria Executiva da DS/BH decidiu em reunião que não deveria patrocinar o treinamento. Optou por encaminhar o

assunto à deliberação da categoria.

Em Assembleia Geral a categoria soberanamente ratificou o entendimento da Diretoria Executiva da DS/BH de que cabe à administração da RFB promover os treinamentos para capacitação ao porte de arma.

Diretores da DS/BH participam de reunião com superintendente da 6ª Região Fiscal



Diretoria Executiva da DS/BH em reunião com o superintendente da 6ª Região Fiscal

No dia 20 de abril a Diretoria Executiva da DS/BH se reuniu com o superintendente da Receita Federal do Brasil (RFB) da 6ª Região Fiscal, Hermano Lemos de Avellar Machado, para tratar das despesas com treinamento específico em tiro para os Auditores-Fiscais interessados na obtenção do porte de arma. Também participaram da reunião a superintendente adjunto, Maria Letícia Rocha Pimenta e o presidente da Delegacia Sindical de Varginha, Maurício Mesquita Carvalho.

A presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, apresentou o resultado da Assembleia Geral ocorrida no dia 18, na qual ficou definido que o pagamento do referido treinamento para

os Auditores-Fiscais não seria de responsabilidade do sindicato.

O superintendente reforçou o posicionamento exposto aos sindicalistas em reunião anterior, de que a RFB, devido aos cortes no orçamento de 2011 e à ausência de previsão orçamentária e no Procad, não possui recursos disponíveis para arcar com as despesas do referido treinamento. Para Hermano Machado, o treinamento deve ser oferecido apenas aos Auditores-Fiscais que realmente necessitam portar armas no desempenho de suas atividades. Nesses casos, a RFB deveria disponibilizar, também, as armas de fogo para os servidores, o que demandaria altos in-

vestimentos para a RFB. O superintendente sugeriu ao sindicato a elaboração de uma pesquisa com os seus filiados, para informá-lo sobre o número de Auditores-Fiscais interessados em obter o porte de arma.

Sobre as carteiras funcionais, Hermano Machado esclareceu que sua emissão ocorrerá com ou sem o porte de arma para todos os Auditores-Fiscais, sendo que, os que obtiverem o porte de arma após essa emissão deverão portar os dois documentos (porte de arma e carteira funcional).

No final da reunião ficou definido que a DS/BH faria uma pesquisa com os filiados para conhecer o número de Auditores-Fiscais interessados em fazer o curso. À DS/BH caberia, também, pesquisar junto às Polícias Federal e Militar, as normas para firmar convênio com a Superintendência da 6ª RF.

Controle de ponto do Auditor-Fiscal

O presidente da DS/Varginha, Maurício Mesquita Carvalho, informou ao superintendente a medida adotada pela DRF/Varginha para controlar a entrada e a saída dos Auditores-Fiscais nos locais de trabalho.

De acordo com o sindicalista, a entrada e a saída dos servidores são controladas através do sistema "login/logout", ou seja, por meio do acesso ao seu computador de trabalho.

Hermano Machado citou o Decreto 1.590 referente à jornada de trabalho de servidores públicos federais, no qual o ponto não pode ser cortado com base no acesso aos computadores. "Esclareço a todos vocês que controle de ponto por meio de login/logout não será adotado na 6ª Região Fiscal", concluiu o superintendente.

Ações da DS/BH:

- A DS/BH realizou consulta entre os filiados de 27 de abril a 13 de maio, para conhecer o número de Auditores-Fiscais interessados em fazer o curso de tiro. Cerca de 80 Auditores-Fiscais manifestaram interesse. A lista será encaminhada ao superintendente da 6ª Região Fiscal para análise e decisão.
- No dia 13 de maio, a Diretoria Executiva da DS/BH encaminhou ofícios à Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar solicitando informações sobre a possibilidade desses órgãos celebrarem convênio com a RFB e realizarem o referido treinamento aos interessados em obter porte de arma.

Acompanhe a atuação dos delegados da DS/BH no Conaf 2010 e Plenária Nacional 2011

Conaf 2010

Delegado Sindical	A favor	Contra	Abstenção	Sem registro do voto	Total de votos
ADELAIDE DE MACEDO MATOS	37	19	0	5	61
ADMAR MARTINS DE PAULA	12	12	6	31	61
CARLOS ALBERTO RAMOS GERALDES PACHECO	16	32	4	9	61
EWERARDO LOPES TABATINGA	34	21	0	6	61
FRANCISCO LYRA JUNIOR	35	18	6	2	61
ILVA MARIA FRANCA LAURIA	16	11	6	28	61
JIVAGO FELIX LOPES DA SILVA	3	6	0	52	61
JOAO DA SILVA DOS SANTOS	16	31	0	14	61
JOSE RAMOS DA SILVA	12	36	7	6	61
LISA MARA KROEHLING RODRIGUES	27	13	10	11	61
LUIZ HENRIQUE BEHRENS FRANCA	19	30	4	8	61
LUIZ SERGIO FONSECA SOARES	31	14	6	10	61
MARGOT ANDRADE SILVA DE ALVARENGA	31	26	1	3	61
MARIA DA CONSOLACAO DOS SANTOS OLIVEIRA	27	10	6	18	61
MARIA DE LOURDES FERNANDES	34	11	10	6	61
MARILENA FONSECA FERNANDINO	23	33	0	5	61
MAXIMILIANO FERNANDINO	30	16	0	15	61
NOEMIA DAMATO DUTRA	31	27	0	3	61
OLGA CARVALHO HOTT	37	18	3	3	61
PEDRO ONOFRE FERNANDES	7	16	1	37	61
ROSA MARIA BICALHO	18	41	0	2	61
SANDRA MARIA RICARDONI LIMA	30	29	0	2	61
SERGIO AURELIO VELOZO DINIZ	30	19	6	6	61
SOLANGE GUIMARAES GAROFALO ARAUJO	34	24	1	2	61
TEODORICO JADIR CORDEIRO	10	40	1	10	61
WANIA DE FATIMA PAIVA PIMENTEL	15	12	7	27	61
WILDS MOREIRA AVELINO	31	27	2	1	61

Plenária Nacional - maio 2011

Delegado Sindical	A favor	Contra	Abstenção	Sem registro do voto	Total de votos
ADELAIDE DE MACEDO MATOS	12	5	0	1	18
ANTONIO AUGUSTO BIANCO	10	3	0	5	18
DELSON ROBERTO BRAGA DE SOUSA	13	2	3	0	18
FORTUNATO JOSÉ DE CARVALHO	11	4	2	1	18
ILVA MARIA FRANCA LAURIA	12	5	0	1	18
JOÃO DA SILVA DOS SANTOS	1	12	0	5	18
JOSÉ MÁRCIO MESQUITA CARVALHAI	4	6	1	7	18
LÚCIA HELENA NAHAS	12	6	0	0	18
MARIA MADALENA THEODORA	12	6	0	0	18
OLGA CARVALHO HOTT	12	5	0	1	18
SANDRA MARIA RICARDONI LIMA	16	2	0	0	18
SÉRGIO AURÉLIO VELOZO DINIZ	12	4	1	1	18
WANIA DE FATIMA PAIVA	12	2	0	4	18

Recadastramento de filiados do Sindifisco Nacional

Conforme o art. 8º do Estatuto do Sindifisco Nacional são deveres do filiado: I – Cumprir as disposições estatutárias, regimentais e regulamentares do Sindifisco Nacional; VI – Manter atualizados endereço e demais dados cadastrais junto ao Sindifisco Nacional.

Em cumprimento às determinações estatutárias, o Sindifisco Nacional iniciou em setembro de 2009, logo após a unificação das entidades, uma grande campanha de recadastramento dos filiados (ativos, aposentados e pensionistas) oriundos dos sindicatos estaduais filiados à Fenafisp. Nessa campanha, inúmeros filiados atualizaram seus dados e regularizaram pendências administrativas com o sindicato. No entanto, quase dois anos se passaram e o cadastro do Sindifisco Nacional ainda não está completo, pois alguns filiados ainda não atualizaram seus dados.

A planilha contendo a relação dos filiados que ainda não atualizaram seus dados encontra-se disponível na área restrita do site www.dsbh.org.br. O Auditor-Fiscal que ainda não efetuou o recadastramento deverá atualizar seus dados o mais rápido possível, adotando os seguintes procedimentos:

Recadastramento on line – Acessar o site do Sindifisco Nacional (www.sindifisconacional.org.br) ou da DS/BH (www.dsbh.org.br), menu Filie-se na página inicial, preencher e imprimir o formulário. Anexar cópia da carteira de identidade e do contracheque mais recente. Por fim, protocolizar os documentos na DS/BH, rua da Bahia, 1033, 11º andar, Centro, Belo Horizonte, ou encaminhá-los via postal com AR (aviso de recebimento) para a sede do Sindifisco Nacional, SDS, Conjunto Baracat, 1º andar,

salas 1 a 11, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.392-900.

Os filiados com documentos pendentes (cópia de RG e contracheque) poderão encaminhá-los para o Sindifisco Nacional via fax ou e-mail (documentos digitalizados). O formulário de recadastramento também poderá ser preenchido e impresso na sede da DS/BH.

A Diretoria Executiva da DS/BH reitera que o recadastramento é essencial para que o sindicato obtenha as informações cadastrais dos filiados e é também o meio mais rápido e seguro para que os Auditores-Fiscais tenham acesso aos recursos de informação e interação do site do Sindifisco Nacional, como área restrita, fórum de discussão, dentre outros.

Importante destacar também que o Sindifisco Nacional é a entidade representativa e legalmente constituída dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. O sindicato tem por finalidade a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, judicialmente e administrativamente. Além disso, visa estabelecer condições justas para todos seus representados, com independência e total autonomia da administração.

É imprescindível para o Auditor-Fiscal estar filiado ao seu sindicato. Da união sindicato e filiado surgem os debates, discussões, críticas, ideias e sugestões de mudanças e melhorias. O filiado é amparado e assistido pela entidade, em vários aspectos, dentre eles a Assistência Jurídica Individual (AJI) e o acompanhamento de ações judiciais.

Contamos com seu empenho e colaboração na atualização de seus dados.

*Diretoria Executiva DS/BH
Sindifisco Nacional*

Audidores-Fiscais aprovam a pauta reivindicatória da Campanha Salarial Conjunta 2011

Pela primeira vez na história, a campanha salarial dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil será realizada em conjunto com os Auditores-Fiscais do Trabalho, os Advogados Públicos Federais e os Delegados da Polícia Federal, conforme deliberação da Assembleia Nacional Extraordinária do

dia 7 de abril. Nesta assembleia a classe aprovou também a pauta reivindicatória para a campanha salarial 2011, disponível no site da DS/BH (www.dsbh.org.br) e a realização da Plenária Nacional (setorial) que ocorreu nos dias 4, 5 e 6 de maio, em Brasília, com recursos do Fundo de Mobilização.

A pauta reivindicatória da campanha salarial 2011 tem como principais pontos a implementação de um reajuste de 24% do salário final, a tabela remuneratória composta por seis padrões, com uma diferença de 4,5% entre eles, a revogação do lixo normativo, rever-

são do corte de ponto da greve de 2008, a criação do adicional por exercício em localidade inóspita e a garantia constitucional para que os Auditores-Fiscais sejam alçados ao patamar de 90,25% do subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal.

Plenária Nacional Setorial

A Plenária Nacional Setorial, realizada em Brasília entre os dias 4 e 6 de maio, referendou, com algumas alterações, a pauta reivindicatória da campanha salarial 2011, anteriormente aprovada pelos Auditores-Fiscais em assembleia.

A DS/BH participou ativamente dessa Plenária Nacional com 12 delegados e três observadores. A Diretoria Executiva da DS/BH encaminhou para a plenária setorial propostas técnicas de aprimoramento dos procedimentos fiscais, tais como sugestão de melhoria nos sistemas da Receita Fe-

deral do Brasil, investimento em capacitação técnica (treinamentos em legislação previdenciária, Imposto de Renda e aplicativos). Dessas propostas, cerca de 20 sobre fiscalização previdenciária foram aprovadas na Plenária Setorial. As propostas podem ser encontradas na área restrita do site da DS/BH (www.dsbh.org.br).

Na Plenária Nacional final foram apreciadas e votadas somente questões referentes à campanha salarial 2011.

As propostas vindas das Plenárias Setoriais sobre tributos internos, previdência



Primeira Plenária Nacional Setorial ocorrida nos dias 4 a 6 de maio, em Brasília

e aduana, não chegaram a ser apreciadas e votadas pelo conjunto de delegados por falta de tempo hábil. Dessa forma, deliberou-se pela realização de nova

Plenária para discussão, preferencialmente dos temas abordados nos fóruns específicos, a ser realizada nos dias 29 e 30 de junho, em Brasília.

Assembleia aprova propostas e prestação de contas do exercício anterior da DS/BH

A Assembleia Geral Ordinária realizada nos dias 19 e 20 de maio, em Belo Horizonte, Contagem e Sete Lagoas aprovou a prestação de contas do exercício anterior da DS/BH, nos termos do art. 17, inciso III do Regimento Interno da entidade.

Nesta mesma data, na Assembleia Geral Extraordinária, os Auditores-Fiscais apre-

ciaram e discutiram a pauta da reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) realizada nos dias 24 a 27 de maio. Aprovaram, também, o encaminhamento à reunião do CDS, das propostas sobre fiscalização previdenciária, tributos internos e aduana apresentadas pela DS/BH à Plenária Nacional ocorrida no início de maio.



Após análise dos demonstrativos, os Auditores-Fiscais aprovaram a prestação de contas do exercício anterior da DS/BH

Assembleia Nacional aprova adequações à pauta da campanha salarial 2011

Os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional nos dias 19 e 20 de maio aprovaram 15 das 16 propostas vindas da Plenária Nacional realizada de 4 a 6 de maio.

Confira as propostas aprovadas

- Estado de mobilização e de assembleia permanente.
- Que os Auditores-Fiscais, sempre que possível, busquem conciliar as datas do calendário de lutas da classe com as datas dos calendários dos servidores federais.
- Unificação das datas do calendário do Sindifisco Nacional com o calendário da AGU (Advocacia-Geral da União), do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho) e da PF (Polícia Federal).
- Criação de propostas

de comandos locais, regionais e nacional de mobilização em prazo não superior a 20 dias da Assembleia Nacional.

- Criação do Dia Nacional de Mobilização com reuniões amplas nos locais de trabalho e entrega da pauta aos administradores locais.
- Inclusão em "outras reivindicações" da pauta reivindicatória a rejeição ao Projeto de Lei que regulamenta a Previdência Complementar para o servidor público.
- O alinhamento com entidades representativas visando à aproximação com parlamentares e com outros agentes políticos para incluir os Auditores na PEC 443/09.
- Realização de nova rodada de plenárias setoriais, em junho, com recursos do fundo de mobilização.
- Reversão imediata do corte de ponto da greve de

2008 e 2003.

- Juntar em uma única reivindicação os dois primeiros subitens do item 2 da pauta reivindicatória "Implementação de um reajuste de 24% no salário final e de tabela remuneratória composta de seis padrões com uma diferença de 4,5% entre eles".
- Que seja levado ao conhecimento dos parlamentares, em suas bases, os assuntos de interesse dos Auditores-Fiscais, de modo a formar seu convencimento e, se possível, conseguir seu compromisso para reversão do corte de ponto, criação do adicional para exercício na localidade inóspita e inclusão dos Auditores na PEC 443.
- A fixação da data base para revisão anual de vencimentos, conforme prevista na Emenda Constitucional 19 através de uma lei de revisão geral anual, na luta que deverá ser desenvol-

vida com o conjunto dos servidores.

- Inclusão no eixo principal na pauta da Campanha Salarial 2011 o item "Implementação de uma distribuição mais justa e equânime dos Auditores-Fiscais na tabela remuneratória.
- Supressão do trecho "da Secretaria da Receita Federal do Brasil" do item I do artigo 20, da minuta da LOF da RFB, por entendê-lo redundante.
- Realização de plenárias setoriais (com recurso do Fundo de Mobilização) em Brasília, no mês de junho, para dar continuidade às discussões das plenárias atuais, com prioridade para votação das propostas aprovadas nestas plenárias, com discussão da campanha salarial, após encerramento das discussões setoriais.
- Manifesto da Plenária Nacional.

Entidades discutem campanha salarial em reunião com governo

"A realização da campanha salarial conjunta é bastante salutar e traz benefícios inclusive para o governo. Evita divergências entre as carreiras ao colocá-las no mesmo patamar e o desgaste com negociações em datas diferentes", afirma Sérgio Aurélio Velozo Diniz

As negociações da campanha salarial conjunta 2011 foram realmente iniciadas no dia 6 de junho durante a audiência com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, e a diretora de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Marcela Tapajós, com as entidades que integram a campanha de negociação salarial conjunta, entre elas o Sindifisco Nacional, afirma o diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/BH e vice-presidente do

Sindifisco Nacional, Sérgio Aurélio Velozo Diniz.

Nesta reunião ficou definido o calendário inicial das negociações. A próxima reunião com o governo, agendada para dia 28 de junho, tratará de reestruturação salarial e adicional de fronteira. A segunda reunião, marcada para o dia 6 de julho, deverá discutir a condução das leis orgânicas das entidades, que tramitam em diferentes estágios e instâncias do Executivo e do Legislativo.

Ainda na primeira reunião, os representantes

do Sindifisco Nacional ratificaram os quatro pontos comuns das entidades que integram a pauta de negociação salarial conjunta para o início das discussões com o governo: o reajuste salarial, o encaminhamento das leis orgânicas em tramitação, o adicional para localidades inóspitas e o reforço das carreiras de apoio, que auxiliam os Auditores nas atividades laborais. Após o encaminhamento dos pontos comuns serão tratadas as questões específicas de cada categoria.

Participaram dessa reunião, além dos representantes do Sindifisco Nacional, a ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho), Anfip (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), APCF (Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais), carreira ligada à PF (Polícia Federal) e Sindicato dos delegados da Polícia Federal no estado de São Paulo.

Em defesa do concurso público e do cumprimento da Constituição

Em virtude das diversas demandas por maiores esclarecimentos em relação à ADI 4616, proposta pelo procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, no dia 7 de junho, a DEN (Diretoria Executiva Nacional) entende necessário esclarecer a Classe acerca do histórico do tema, a fim de mostrar o caminho trilhado até agora.

Em assembléia realizada em 12/04/2007, ainda pelo ex-Unafisco, foi aprovado por expressivos 74,5% dos votos o indicativo seguinte:

“Indicativo 2 - A Assembléia Nacional ratifica a deliberação da Plenária Nacional e autoriza o Unafisco Sindical a utilizar todos os meios jurídicos contra a elevação para nível superior do cargo de TRF, que passará sem concurso público a Analista-tributário, bem como a acompanhar a ação Civil Pública do MPF sobre o assunto”.

Posteriormente, em assembleia conjunta Fenafisp/Unafisco, em 27/03/2008, foi aprovado com 96,7% dos votos o indicativo abaixo;

“Indicativo 4 - Os AFRFB aprovam a política de atuação das direções visando à alocação dos cargos que compõem a “Carreira ARF” em carreiras distintas”.

Essas decisões foram recepcionadas pelo estatuto do Sindifisco Nacional, na forma do art. 154, combinado com o art. 2º, II, IV e XVI, e demonstram com muita clareza o desejo dos Auditores-Fiscais de manter a integridade do seu cargo e de combater por todos os meios lícitos qualquer tentativa de burla ao princípio constitucional do concurso público.

Importante ressaltar que sindicatos não têm legitimidade para a proposição de ADI, apenas confederações sindicais, razão pela qual escolheu-se a estratégia da representação ao MPF para cumprir as decisões das assembleias. Significa dizer, portanto, que o Procurador Geral da República, detentor de um cargo eminentemente técnico, que tem a incumbência constitucional de defesa da ordem jurídica, venceu-se da inconstitucionalidade da transposição questionada na representação do Sindifisco.

Histórico- A última gestão do Unafisco, já sob a direção de vários membros da atual DEN do

Sindifisco, logo que assumiu, em agosto de 2007, tendo por filosofia o fortalecimento de todos os cargos que compõem a Receita Federal do Brasil, propôs a diminuição da animosidade entre as entidades representativas dos Auditores-Fiscais e dos Analistas-Tributários. A DEN convidou então a diretoria do Sindireceita para realizar uma Campanha Salarial Conjunta, com o entendimento de que, em caso de necessidade de greve, ela também seria conjunta. Foi formada uma mesa de negociação com o Ministério do Planejamento e as entidades aparentemente trabalhavam harmonicamente pelo bem de seus representados.

No entanto, assim que os Auditores-Fiscais decidiram iniciar um movimento paredista, o sindicato dos Analistas solicitou uma mesa de negociação em separado e abandonou a campanha conjunta. A partir daí, trabalhou não apenas para obter vantagens exclusivas na negociação, como para enfraquecer o movimento grevista dos Auditores. A movimentação foi feita com tal arrogância que representantes do Sindireceita chegaram a declarar publicamente que o fornecimento de senhas para desembarço de mercadorias a Analistas resolveria o problema da greve. Ora, qual seria a intenção desse ato que não o de, num segundo momento, consolidar a usurpação de atribuições privativas dos Auditores-Fiscais?

O então Unafisco Sindical foi obrigado a recorrer à Justiça, em Manaus (AM), para evitar o descabido e inconstitucional movimento que se iniciava na capital amazonense, onde se pretendia cometer a Analistas-Tributários o desembarço de mercadorias. A Justiça rapidamente deferiu liminar contrária à atividade e impediu sua continuidade.

É notória a estratégia da direção do sindicato dos Analistas-Tributários de obter atribuições privativas de Auditores-Fiscais, a fim de aproximar os cargos e, ao final, ascender sem o devido concurso público ao cargo de Auditor-Fiscal. Não foram poucas as atitudes tomadas pelo Sindireceita em sua tentativa de confundir a opinião pública e insinuar que Analistas e Auditores têm as mesmas atribuições e fazem as mesmas coisas. Nas diversas oportunidades em que

o Governo apresentou medidas provisórias sobre matéria tributária, o Sindireceita, sistematicamente, apresentou emendas no sentido de avançar sobre atribuições privativas dos Auditores.

Em 2010, por exemplo, a direção daquele Sindicato tentou mudar seu nome, para Sindicato Nacional da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil para, desta forma, cindir a representação dos Auditores-Fiscais. A DEN evitou a manobra e conseguiu na Justiça anular a troca de nomes.

Administradores - Aos que levantam a voz para dizer que a ADI 4616 apenas acirra os ânimos e prejudica a harmonia interna na RFB, lembramos que as ações do Sindireceita ao longo dos últimos anos se direcionaram exatamente para esse fim, como, por exemplo, no episódio da quebra de sigilo fiscal ocorrida em Mauá. Enquanto o Sindifisco defendia a Receita Federal, o Sindireceita defendia um controle externo sobre o nosso órgão. Com que finalidade?

Por isso mesmo, o Sindifisco lamenta a ação de alguns administradores da RFB, se posicionando contrariamente à ação do sindicato sob o argumento da manutenção da harmonia e do bom ambiente, quando se sabe que o ambiente já foi deteriorado há tempos, em função não apenas dos ataques do Sindireceita aos Auditores-Fiscais, como também à própria administração da RFB, sistematicamente rotulada como incompetente e incapaz pela representação sindical dos Analistas-Tributários.

Representação - Diante da continuidade dos ataques da direção do Sindireceita, a necessidade de algo que deixasse clara a distinção entre os cargos ganhou cada vez mais força. As atitudes do Sindireceita a fim de confundir e usurpar atribuições dos Auditores, como mostrado, não são recentes e não podem mais ser ignoradas. É necessário que haja um limite aos ataques às nossas atribuições. É obrigação do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais defender as atribuições e prerrogativas da categoria, como inclusive obriga o Estatuto da entidade.

A DEN entende que os ataques do Sindireceita às atribuições dos Auditores-Fiscais fazem parte de uma estratégia de uma direção

sindical equivocada e em completa dissonância com os interesses dos Analistas-Tributários.

Por tudo isso, fica evidente a relevância da definição da condição atual dos Analistas-Tributários no que diz respeito ao seu escopo de atribuições. É isso que a ADI proposta pela Procuradoria-Geral da República vai estabelecer.

Um cargo pode ter mudança na natureza de suas atribuições e nível de escolaridade e transpor para seus quadros o efetivo já existente? Ou isso implica na criação de um novo cargo, sendo nesse caso inconstitucional a transposição?

Numa outra vertente de raciocínio, pode-se alegar que o cargo de Analista-Tributário não foi incrementado com novas atribuições, sendo mera continuidade do cargo de Técnico do Tesouro Nacional - auxiliar do Auditor-Fiscal - sem que tenham ocorrido, de fato, alterações nas suas atribuições originais?

Nesse segundo caso, seria a busca por atribuições privativas dos Auditores-Fiscais prejudicial aos próprios Analistas, na medida em que torna inacessível o novo cargo aos ocupantes do cargo antigo?

Por todo esse histórico, pelo *modus operandi* da direção do Sindireceita, pela ilusão vendida por essa entidade da possibilidade de transformação sem concurso de Analistas em Auditor-Fiscal, não se poderia esperar outra atitude do Sindifisco Nacional que não uma reação à altura. Assim, essa representação foi uma reação e não uma provocação ou ataque gratuito. Respeitamos os Analistas-Tributários, mas, assim como inúmeros já fizeram, a conquista legal e legítima do cargo de Auditor-Fiscal deve passar pelo necessário concurso público.

É importante, por fim, salientar que as divergências tratadas neste texto dizem respeito somente à estratégia de atuação da diretoria do Sindireceita e nada tem a ver com os Analistas-Tributários. Os ocupantes do cargo em questão recebem todo o respeito a eles devido pelo serviço prestado ao Estado brasileiro e em particular ao apoio profissional e qualificado oferecido aos Auditores-Fiscais durante o esforço diuturno de combate a ilícitos tributários.

Texto: Sindifisco Nacional